

Ano XX nº 5989 – 07 de fevereiro de 2019

Extinguir a Justiça do Trabalho é caminho 'irracional', diz magistrado

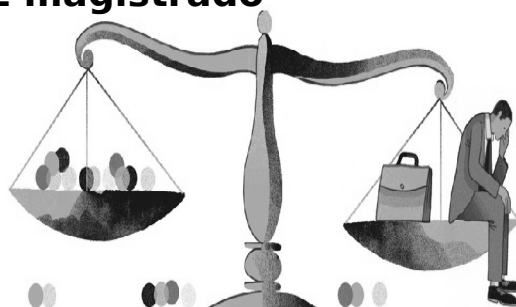
Durante ato nacional em defesa da Justiça do Trabalho, na tarde de terça-feira 05/02, em Brasília, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, afirmou que propor a extinção desse ramo do Judiciário é um "caminho irracional". Ele lembrou que a fala de Jair Bolsonaro, posteriormente desmentida, embora emblemática, não foi a única nesse sentido, e os ataques ocorrem há décadas.

"A Justiça do Trabalho não é uma jabuticaba brasileira, como dizem os incautos e os elitistas", afirmou Feliciano. "Jurisdição trabalhista há em todo mundo", acrescentou, durante o evento no Auditório Nereu Ramos da Câmara, que reuniu magistrados, advogados, servidores e parlamentares. "Este é um ato apartidário, plural e democrático, em defesa da JT e dos direitos sociais", definiu o presidente da Anamatra.

Desde janeiro, após a declaração de Bolsonaro em uma entrevista, em que admitiu a possibilidade de extinção, dependendo do ambiente institucional, foram realizadas manifestações pelo país em defesa do Judiciário trabalhista.

O ato na Câmara foi organizado pela Anamatra, Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e pelo Conselho Federal da OAB.

Durante um evento da Abrat, no dia 04/02, o vice-presidente nacional da Ordem, Luiz Viana, disse que a entidade vai participar das ações em defesa de direitos sociais e do Judiciário. "Os ataques e as tentativas de desconstrução atingem não apenas a Justiça do Trabalho", afirmou a presidenta da Abrat, Alessandra Camarano.



Rodoviários de Petrópolis ameaçam greve para impedir dupla função de motoristas

Os rodoviários deixaram a Câmara, na tarde de terça-feira (05/02), decididos a promover manifestação e até uma paralisação devido à decisão da maioria dos vereadores de não votar o projeto que acaba com a dupla função de motorista. O pedido de inclusão foi do vereador Leandro Azevedo (PSD) e teve apoio de sete vereadores. Os demais oito vereadores votaram contra a inclusão, argumentando que é preciso mais tempo para discutir o assunto foram: Jamil Sabra PDT; Roni Medeiros PTB; Maurinho Branco PP; Justino raio x MDB; Fred Procópio PSDB; Márcio Arruda PR; Hingo Hames PTB e Silmar Fortes MDB.

O projeto do vereador Leandro Azevedo está na Câmara desde o ano passado e a dupla função vem sendo debatida no Legislativo há cerca de oito anos. O presidente do Sindicato dos Rodoviários de Petrópolis, Edson de Oliveira, disse que a postura dos vereadores em votar contra a inclusão do projeto é vergonhosa. "Estão trabalhando contra os rodoviários. Vamos fazer uma assembleia da categoria e decidir as medidas que vamos tomar", afirmou, sem descartar a possibilidade de uma paralisação.

A irritação dos rodoviários não é apenas com os vereadores, mas também com o governo. Assessores do prefeito Bernardo Rossi estão desde a semana passada indo à Câmara para tentar convencer os vereadores a não votar no projeto. O Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários de Petrópolis (Setranspetro) sustenta que, se o projeto for aprovado, a passagem de ônibus terá que aumentar onze centavos, pois eles terão que contratar os cobradores demitidos, afirmando que no aumento da tarifa ano passado o salário deles não estava contemplado.